

## EDITORIAL

A Revista REDES (ISSN 1982-6745), vinculada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e ao Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – CEPEDER, criada em 1996 e publicada de forma regular e ininterrupta desde então, a partir de 2007 passou a ter sua editoração em formato eletrônico, hospedada no Portal de Periódicos Online da Universidade de Santa Cruz do Sul e vinculada ao SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT. Seguindo a política de editoração de revistas acadêmicas no país, filiadas à estratégia internacional de fomento do acesso livre ao conhecimento, a Revista REDES disponibiliza seus resumos e textos de forma gratuita e integral para os leitores.

Neste volume 18, nº 1, para o quadrimestre janeiro – abril/2013, são disponibilizados aos leitores 13 artigos, contando com uma seção temática sobre desenvolvimento sustentável, que tem como foco a contribuição da preservação da cultura popular, a pegada ecológica e a economia solidária e gestão de empreendimentos, tanto sob a forma de autogestão quanto de gestão de organizações do terceiro setor. O segundo grupo de artigos aborda diversas concepções de desenvolvimento e formas de organização dos mercados, passando por mercados institucionais para a agricultura até a integração do Mercosul e a segregação racial e socioeconômica no Brasil.

Este volume inicia com a contribuição de Carniello, Santos e Murade, que discutem que a preservação das manifestações culturais pertinentes à cultura popular representa uma importante estratégia para a preservação da coesão social de uma comunidade e esta ação é estratégica para a implementação de ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Em sua investigação verificaram que as manifestações de preservação da cultura popular possuem relação com a existência e com o acúmulo de capital social entre os municípios, aspecto que favorece o desenvolvimento local. Na sequência, Ribeiro estudou a expansão da economia solidária na Região Sul do Brasil, tendo constatado uma expansão considerável de empreendimentos sob os princípios da Economia Solidária na região. A pesquisa mostrou que a existência de entidades de apoio, de ações governamentais e a capacidade organizativa dos envolvidos, além do acúmulo de experiências, propiciam amadurecimento da articulação em torno da economia solidária e induzem à criação de políticas públicas de apoio. Onozato e Teixeira discutem a criação da organização do terceiro setor Aliança Empreendedora, identificando o perfil socioeconômico dos fundadores e os principais motivos para iniciar a organização. Entre as principais motivações destacam os benefícios socioeconômicos que a organização poderia trazer para as pessoas de comunidades carentes, por meio do apoio a pequenos negócios locais, gerando emprego e renda. Merçon e Siddique discutem a autogestão coletiva para a produção agroecológica sustentável apontando limitações no cálculo da pegada ecológica no caso da produção agroecológica, apresentando um projeto desenvolvido em Morelia (México), que transformou as práticas de produção e uso de recursos, os hábitos e estilos de comunicação da comunidade. Cruz e Fernandes discutem o conceito de pegada ecológica e a relação existente entre ela e o PIB *per capita* real, concluindo que, apesar de existirem países com PIB *per capita* alto e pegada ecológica abaixo da média, no geral, países com PIB *per capita* maior possuem impacto ambiental maior, sustentando, portanto, uma relação direta e positiva entre a produção total dos países e suas pegadas ecológicas.

Justino e Parente analisam a (in)sustentabilidade socioeconômica dos reassentamentos Mariana e Olericultores em Porto Nacional/TO, a partir das seis dimensões de sustentabilidade de Sachs (2000). Pesquisando a documentação referente aos compromissos da empreendedora em relação aos reassentados, constataram que as definições de sustentabilidade prevista na documentação oficial são limitadas e muitas ações mitigadoras previstas nesses planos não foram concretizadas, impossibilitando dessa forma avanços socioeconômicos para a população reassentada.

A segunda temática inicia com a discussão de concepções de desenvolvimento de Krueger e Klering, para quem o tema desenvolvimento está envolto em um número sem fim de conceitos, interpretações, adjetivações, ambiguidades e indefinições, apresentando um breve panorama do que vem sendo tratado ao longo da assunção do tema desenvolvimento. Os autores trazem alguns temas vinculados ao grande guarda-chuva do tema do desenvolvimento, com a intenção maior de demonstrar que há uma quantidade bastante grande de temas pertinentes e que carregam consigo variadas posições por parte dos vários atores envolvidos a respeito das diferentes estratégias e possibilidades de desenvolvimentos. Na sequência, Deves e Rambo abordam o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Através da experiência de São Pedro do Butiá-RS, buscam relacionar os diferentes atores e processos de governança envolvidos na implementação do PAA, concluindo que a formatação do conselho gestor do programa em nível local/regional constitui-se num elemento fundamental na gestão desta política pública que, de forma dinâmica, abrange pelo menos três públicos beneficiários: os agricultores, os consumidores e, ainda, as entidades beneficiárias. Para os autores, todo este processo configura-se num arranjo institucional com princípios de governança, em que os atores locais possuem um papel fundamental na implementação das políticas públicas em torno da temática agroalimentar. A contribuição de Pessoa, Coronel, Amorim e Lima analisa os determinantes da alocação de trabalho agrícola nas regiões brasileiras, utilizando dois modelos: Análise Fatorial Confirmatória (AFC) e *Logit*. O modelo de AFC apresentou bom ajustamento e definiu duas variáveis latentes qualificação e renda. No que tange ao Modelo *Logit* os resultados indicaram que o fato de um indivíduo ser do sexo masculino e residir no meio rural aumenta a probabilidade de ele estar alocado na atividade agrícola, enquanto ser da cor branca reduz essa probabilidade. Macedo e Angelis trazem uma avaliação dos efeitos das políticas estaduais de incentivo às importações sobre as relações comerciais em sua dimensão regional. Os autores analisaram as políticas sob duas perspectivas principais: (1) o que elas representam para o desenvolvimento regional brasileiro; (2) seus possíveis efeitos sobre a estrutura produtiva no país (em sua dimensão setorial e espacial). Bechlin, Braun e Cardoso avaliam o estágio da integração regional no ano de 2007 para o Mercado Comum do Sul – Mercosul. Para obtenção do Índice do Estágio da Integração Regional foram consideradas variáveis políticas, sociais, econômicas e tecnológicas com interesse homogêneo. Verificou-se que, para o ano de 2007, os índices políticos e econômicos foram classificados como em desenvolvimento e os índices social e tecnológico como desenvolvidos, concluindo-se que, embora tenha havido melhoras em todos os índices quando comparados com trabalhos anteriores, é necessário que os países membros do Mercosul busquem melhoras principalmente nas áreas política e tecnológica. Paese, Arakaki, Luetkmeyer e Figueiredo analisam a relação entre a importância atribuída à inovação por uma parcela de seus gestores em Mato Grosso e as ações para gerar novas tecnologias, observando que se atribui centralidade à inovação tecnológica para a

competitividade das empresas, mas o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços é incipiente. E fechando este volume, Amaral apresenta a discussão sobre a segregação racial e socioeconômica existente no Brasil. A partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000 para três capitais brasileiras, os resultados indicam que em áreas com maioria da população branca, uma alta proporção da população possui pelo menos o ensino médio completo. Além disso, a população não branca vive longe das áreas centrais do município, em comparação aos brancos. Finalmente, os brancos tendem a viver em áreas menos elevadas, com mais infraestrutura pública e maior disponibilidade de vias públicas principais.

A todos, uma boa leitura!

Virginia Elisabeta Etges  
Silvio Cezar Arend  
Editores